

LEI Nº 5008, DE 28 DE OUTUBRO DE 2014.

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE  
CESTA BÁSICA AOS AGENTES  
PÚBLICOS MUNICIPAIS DO  
LEGISLATIVO DE TRÊS PASSOS.**



JOSÉ CARLOS ANZILIERO AMARAL, Prefeito de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 87, inciso IV, da **Lei Orgânica** do município, FAÇO SABER, que o Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído auxílio alimentação, higiene pessoal e limpeza, sob a forma de Cesta Básica, ao agentes públicos municipais vinculados ao Poder Legislativo de Três Passos/RS, nos termos desta lei.

**Art. 2º** A Cesta Básica a ser concedida beneficiará:

I - agentes públicos municipais ativos, ocupantes de cargo de provimento efetivo, devidamente criados e constantes em lei;

II - agentes públicos detentores de Cargos Comissionados;

III - contratados temporariamente;

IV - estagiários.

Parágrafo Único - O benefício somente será concedido ao servidor que tenha ingressado nos quadros da Câmara Municipal até o quinto dia útil do mês. Após essa data, o agente público só fará jus ao recebimento da cesta básica no mês seguinte.

**Art. 3º** O benefício consistirá no fornecimento de uma cesta básica, composta por alimentos, produtos de higiene pessoal e limpeza, conforme tabelas constantes no ANEXO I desta lei.

**Art. 4º** Quando instado pela Câmara Municipal, o servidor deverá optar por um dos tipos de Cesta Básica ofertados, ao qual permanecerá vinculado pelo período mínimo de 06 (seis meses).

Parágrafo Único - Decorrido o período mínimo, o servidor poderá, mediante requerimento escrito, solicitar a troca do tipo de Cesta Básica escolhida.

**Art. 5º** Os agentes públicos que possuírem dois contratos de nomeação perceberão somente uma cesta básica.

**Art. 6º** O prazo de retirada da Cesta Básica pelos agentes públicos municipais será de 05

(cinco) dias úteis após a disponibilização junto ao local indicado.

§ 1º As datas para retirada serão fixadas no processo licitatório para aquisição da Cesta Básica, ficando a cargo da empresa vencedora do certame a entrega, mediante lista de beneficiados fornecida pela Câmara Municipal.

§ 2º A entrega das cestas básicas será feita mediante termo de recebimento e conferência, devidamente assinado pelo agente público.

§ 3º No caso de impossibilidade de comparecimento dentro do prazo estipulado, o agente público poderá autorizar, por escrito, outra pessoa, devidamente qualificada e identificada com documento oficial, para retirada da Cesta Básica.

§ 4º Decorrido o prazo a que alude o caput deste artigo sem que o agente público tenha providenciado a retirada da Cesta Básica, a mesma será doada às instituições de caridade beneficentes conveniadas com o Município de Três Passos/RS.

**Art. 7º** Ficarão suspensa a concessão da Cesta Básica caso o agente público se ausente, faltando injustificadamente ao serviço por qualquer período.

**Art. 8º** Não farão jus ao benefício:

I - agentes públicos afastados sem remuneração, por qualquer motivo;

II - agentes públicos inativos e pensionistas;

III - Vereadores.

IV - Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Não terá direito ao benefício o servidor admitido e desligado com menos de 25 (vinte e cinco) dias de trabalho no mês de competência.

**Art. 9º** O benefício instituído por esta lei tem caráter estritamente indenizatório e não integrará a remuneração, provento ou pensão do servidor, bem como não será computado para efeito de cálculo de quaisquer vantagens funcionais, tampouco será caracterizado como salário utilidade ou prestação salarial in natura.

Parágrafo Único - O benefício não será configurado rendimento tributável e não integrará o salário de contribuição previdenciário.

**Art. 10** A aquisição dos produtos para a Cesta Básica de que trata esta Lei ocorrerá mediante adesão pelo Poder Legislativo ao Registro de Preços que será realizado pelo Poder Executivo, que firmará contrato/convênio com a pessoa jurídica vencedora do certame, com base no Decreto do Executivo nº 19, de 24 de abril de 2013, o qual regula o sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 11** Os agentes públicos farão jus aos benefícios de que trata esta Lei a contar do mês de dezembro de 2014, desde que esteja concluído o primeiro processo licitatório e contratada a empresa vencedora, sendo que no primeiro mês todos servidores de que trata o artigo 2º terão direito, exceto quando apresentarem a situação descrita no art. 7º desta Lei.

Parágrafo Único - A partir do mês de janeiro de 2015, para fazer jus ao recebimento da cesta básica, o servidor estará sujeito ao que dispuser a presente lei, na íntegra.

**Art. 12** As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.32.00.00.00.0001 - Material, Bem ou Serv. Distribuição Gratuita.

**Art. 13** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE TRÊS PASSOS/RS, Aos 28 dias do mês de outubro do ano de 2014.

JOSÉ CARLOS ANZILIERO AMARAL  
PREFEITO DE TRÊS PASSOS/RS

LUCAS NECKE  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DESIGNADO

O anexo encontra-se disponível, ainda, no Paço Municipal